DECISÕES EM INQUÉRITOS OU PROCESSOS ADMINISTRATIVOS — INTERVENTOR FEDERAL NÃO É FUNCIONÁRIO PÚBLICO — INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 158 DA CONSTITUIÇÃO E 42 DO DECRETO-LEI N.º 1.202

— Os dispositivos da Constituição sob a epígrafe “Dos funcionários públicos” não se aplicam às autoridades político-administrativas, aos Chefes de Governo, que não são funcionários propriamente ditos, na técnica do direito administrativo.

— O Chefe de um governo não faz parte dos quadros do funcionalismo; não está sujeito a hierarquia nem a disciplina funcionais, pois na chefia dos serviços públicos, que superintende através dos órgãos auxiliares da administração, é o representante ativo de um Poder constitucional e não um funcionário.

— Certo é que as decisões em processos administrativos não têm os efeitos da coisa julgada, mas a assertiva autoriza apenas a instauração de novos processos e não a sucessão de novas decisões no mesmo processo sem que se assegure ao acusado a mesma liberdade de defesa, que é consectário indeclinável das garantias constitucionais mais solenes.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO DE SÃO PAULO

Fazenda do Estado de São Paulo *versus* Afrânio do Amaral
Apelação cível n.º 16.293 — Relator: Sr. Desembargador
PEDRO CHAVES

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de apelação n.º 16.293, da comarca de São Paulo, em que são apelantes a Fazenda do Estado e o Dr. Afrânio do Amaral e apelados os mesmos e o Dr. Ademar Pereira de Barros:

Efetivamente, neste, ao que parece, nenhum novo elemento surgiu contra o acusado. A prova de sua inculpabilidade decorrerá das provas nos autos produzidas e, em tempo hábil, examinadas. Naquele outro, entretanto, dois documentos posteriormente foram obtidos, comprobatórios da acusação.

Mas, em ambas as hipóteses, um e outro processos estavam encerrados, constituindo surpresa qualquer modificação nos respectivos julgamentos, sem nova audiência dos interessados.

Por isso mesmo, julgou o Supremo Tribunal Federal nula a demissão do funcionário, porque, “no processo administrativo do

Acordam, em Terceira Câmara Civil do Tribunal de Apelação, negar provimento aos dois recursos e confirmar a decisão apelada que bem dirimiu a questão. Custas na forma da lei.

O Dr. Afrânio do Amaral intentou esta ação para anular o decreto que o exonerou, a bem do serviço público, do cargo de diretor do Instituto do Butantã e haver a reparação pecuniária consequente de sua reintegração e consistente dos vencimentos e vantagens do cargo desde a data da exoneração e futuros. A ação foi dirigida contra a Fazenda do Estado e contra o Dr. Ademar Pereira de Barros, Interventor Federal neste Estado e autor daquele ato. A sentença de fls. 371 julgou procedente a ação contra a Fazenda e improcedente na parte referente ao Dr. Ademar Pereira de Barros. Dessa decisão apelaram a Fazenda e o Dr. Afrânio do Amaral, mas aos dois recursos esta Câmara denegou provimento.

Contra o então Interventor Federal, não procede realmente a ação. O ato impugnado foi praticado em plena vigência da Constituição de 10 de novembro de 1937, em cujo art. 158 não encontra o autor guarida para sua pretensão. Esse dispositivo, inscrito sob a epígrafe “Dos Funcionários Públicos”, só aos funcionários públicos se aplica e não às autoridades político-administrativas, aos Chefes de Governo, que não são funcionários propriamente ditos, na técnica do direito administrativo. O Chefe de um governo não faz parte dos quadros do funcionalismo, não está sujeito a hierarquia nem a disciplina funcionais, pois na chefia dos serviços públicos, que superintende através dos órgãos auxiliares da administração, é o representante ativo de um Poder Constitucional e não um funcionário.

Sustenta o apelante que a responsabilidade pessoal do Interventor, decorre do disposto no art. 42 do Decreto n.º 1.202, de 28 de abril de 1939 que, para os efeitos da responsabilidade civil, considera e define o Interventor ou Governador dos Estados, como autoridade local. Esse decreto nem se aplica ao

qual resultou, não foram observadas as prescrições legais, nem foi ele ouvido sobre todos os documentos oferecidos pela acusação”.

Verifica-se, pois, que, em processo encerrado, ou concluído, não é lícito proferir a Administração nova decisão, sem que tenham sido preenchidas as exigências indispensáveis, constitutivas dos respectivos termos substanciais ditados por lei. E entre estes conta-se a defesa, ou audiência, do acusado. E tanto assim é que o Supremo Tribunal julgou nula a demissão, porque o funcionário não foi “ouvido sobre os novos documentos posteriormente oferecidos”.

Em casos dessa ordem, e sempre, independentemente de prévio recurso regular, não é admissível modificar a situação criada pelo julgamento anteriormente proferido.

O processo administrativo tem rito próprio. Será mais ou menos complexo, mas, ainda assim, tem termos que a lei considera essenciais à sua validade. Instaurado e concluído em forma legal,

8 Arquivo Jud., v. e págs. cit.

9 Arquivo Jud., v. e págs. cit.

caso por ser de data posterior a êle, nem altera a doutrina sustentada acima, porque se trata de dispositivo especial relativo a atos praticados por delegação do Governo Federal, referentes ao estado de emergência, e só para êsse efeito é que a lei admitiu a responsabilidade da União delegante, para o Estado delegado, resolvendo também dúvida antiga sôbre a responsabilidade da União pelos atos dos Interventores, no sentido aliás da jurisprudência que já havia firmado o princípio de que a origem da investidura na governança dos Estados não modificava a natureza estadual da função nem desviava a responsabilidade dos atos praticados pelos Governos estaduais para a União.

Quanto ao recurso da Fazenda, também não mereceu êle provimento. Sem entrar no estudo das provas dos fatos atribuídos ao autor e das causas que determinaram o ato do Interventor Federal, por desnecessário, deve a sentença ser mantida. As acusações contra o autor tinham sido estudadas e resolvidas em inquérito administrativo, por autoridade governamental competente que determinou a volta do autor ao seu cargo. Consequentemente êsse inquérito estava encerrado e nêle, sem recurso regularmente processado, nova decisão não poderia ser proferida sem grave ofensa ao princípio da estabilidade das decisões de qualquer caráter.

Certo é que as decisões em processos administrativos não têm os efeitos da coisa julgada, mas a assertiva autoriza apenas a instauração de novos processos e não a sucessão de novas decisões no mesmo processo sem que se assegure ao acusado a mesma liberdade de defesa que é consecutário indeclinável das garantias constitucionais mais solenes.

Nessas condições, fica mantida a decisão recorrida que bem esclareceu e dirimiu a espécie.

São Paulo, 4 de agosto de 1943. — *Leme da Silva*, Presidente. — *Pedro Chaves*, Relator. — *J. Barbosa de Almeida*.

não é possível fazê-lo reviver. Se novas provas surgem, com-probatórias da responsabilidade do funcionário, somente resta à Administração determinar que se proceda a novo inquérito, em que, preenchidas as demais formalidades, se assegure ao acusado a mesma liberdade de defesa que é consecutário indeclinável das garantias constitucionais mais solenes.

É que "*La jurisprudence ne simple point admettre d'exception en matière de procédure disciplinaire, et avec raison selon nous, car, tout doit être de droit strict, lorsqu'il s'agit de décisions intéressant la situation et même l'honneur d'officiers et de fonctionnaires. Aucune des garanties que les lois et les règlements leur assurent ne doit être omise, altérée ou supplée*".¹⁰

Julgou bem a espécie, ao que nos parece, o Tribunal de Apelação de São Paulo, e o Supremo, sem conhecer do recurso, adotou, com acerto, pela voz de dois dos seus eminentes Ministros, os fundamentos do julgado.

José Augusto de Carvalho e Melo

10 JACQUES HEILBRONNER, *Le recours pour excès de pouvoir des fonctionnaires publics contre les actes portant atteinte à leur situation*, ed. 1927, págs. 82.